

REDES SOCIAIS PARA EDUCAÇÃO: ATUAÇÃO DO EMPRESARIADO NO CONTEXTO LATINOAMERICANO¹

Erika Moreira Martins – FE/UNICAMP

Agência Financiadora: FAPESP

No limiar do século XX, constata-se o surgimento na América Latina de diversas iniciativas com o objetivo de incidir nas políticas públicas para educação em seus países de origem.

Nesse tipo de participação, grupos de empresários de elite econômica e organismos internacionais têm procurado impulsionar redes sociais de cooperação em torno do tema da educação pública. Neste sentido, SHIROMA (2011) apresenta estudo no qual se verifica que apoio e o incentivo ao uso de redes sociais na educação foram sugeridos por organismos internacionais, como BID e Banco Mundial. As redes sociais, para esta autora, são definidas como um conjunto de pessoas e/ou organizações com interesse comum, que contribuem para a produção e disseminação de informações, criam canais de comunicação e estimulam a participação da sociedade. Outras pesquisas (LIMA, 2007) associam os estudos de redes sociais à noção de governança, considerando as funções educativas públicas não exclusivas ao Estado².

Assim, observa-se que a organização da ação conjunta de empresários para incidência em políticas educacionais na América Latina conta o apoio institucional e incentivo de organismos internacionais, como o PREAL³, responsável pela implementação do programa *“Alianzas Empresa & Educación en América Latina”* que objetiva o fortalecimento dos vínculos entre empresários e sistemas educativos na América Latina. O BID também financia⁴ e incentiva esta iniciativa, como consta em seus documentos: *“La División de Educación del BID se ha comprometido a actuar como colaborador y facilitador de iniciativas innovadoras para un cambio educacional en los países fomentando los enlaces entre la sociedad civil, el sector privado y la educación pública en Latinoamérica y el Caribe (LAC)”⁵*.

No Brasil, o grupo que se destaca é o movimento Todos pela Educação - TPE. Lançado em 2006, este Movimento denomina-se como uma aliança nacional apartidária entre iniciativa privada, organizações sociais, e

governos (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2012). Sua origem está associada a grupos empresariais como Grupo Itaú, Grupo Gerda, Grupo Pão de Açúcar, Instituto Ayrton Senna, Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE, Fundação Roberto Marinho, Instituto Ethos, Grupo Abril, dentre outros.

No contexto latino-americano, a mobilização destes grupos teve seu marco em 2011, em Brasília, quando no Congresso “Educação: uma Agenda Urgente”, promovido pelo TPE em parceria com o BID, ocorreu o Encontro Latino-americano de Organizações da Sociedade Civil pela Educação. De tal encontro participaram treze organizações latino-americanas (cuja atuação assemelha-se à do TPE), representantes do BID, o então ministro da educação Fernando Haddad, além jornalistas, representantes de governos e terceiro setor. Neste encontro foi criada a Rede Latinoamericana de Organizações da Sociedade Civil pela Educação, cujo propósito é: 1) trabalhar em conjunto para a garantia do direito à Educação de qualidade para toda criança e jovem; 2) trocar conhecimento e aprender coletivamente; 3) ter uma voz coletiva no nível regional (DECLARAÇÃO CONSTITUTIVA). A rede também enfatiza a troca de experiências, recursos e projetos e a promoção de ações em conjunto.

Logo após a constituição da rede, foi realizada uma sessão de trabalho, coordenada pelo BID, no sentido de definir os desafios e “boas práticas” da organização recém-criada. Como metas comuns, foram propostas para o ano de 2024, que estudantes obtenham trajetórias completas de 12 anos de escolaridade e que os países da América Latina atinjam a média da OCDE no exame PISA⁶.

Na data do lançamento, compunham a rede as organizações: Proyecto EducAR 2050 (Argentina); Todos pela Educação (Brasil); Fundación Empresarios por la Educación (Colômbia); Fundación Educación 2020 (Chile); Fundación Empresarial para el Desarrollo Educativo – Fepade (El Salvador); Grupo FARO (Equador); Empresarios por la Educación (Guatemala); Fundación Educativa Ricardo Ernesto Maduro Andreu – Ferema (Honduras); ‘Mexicanos Primero’; Unidos por la Educación (Panamá); Juntos por la Educación (Paraguai); Asociación Empresarios por la Educación (Peru); e EDUCA (República Dominicana).

Dentre estas organizações, o TPE é compreendido pelo BID e pelos demais grupos como o exemplo a ser seguido, devido à sua capacidade de organização e atuação junto ao governo e também pelo apoio da mídia⁷.

Depois da formalização da rede, sua coordenação ficou a cargo de três grupos responsáveis por traçar uma proposta comum para os integrantes da rede, inclusive com projeção de ações conjuntas: A elaboração de uma plataforma de dados sobre a educação em toda América Latina, à cargo do grupo *Mexicanos Primero* (México); a elaboração de uma plataforma de informações e notícias vinculadas às organizações da rede, sob responsabilidade do grupo Todos pela Educação (Brasil); e a construção de um banco de “boas práticas” que possam ser transladadas de um país a outro, tarefa à cargo do grupo *Educación 2020* (Chile).

Características das organizações

Desde meados da década de 1980 constata-se a presença de tais organizações na América Latina. Contudo, a partir dos anos 2000 se intensifica a criação desses grupos. Sua atuação baseia-se na corresponsabilidade pela educação, na qual, a educação não seria uma responsabilidade exclusiva dos governos, mas de toda a sociedade. Assim, buscam reorganizar a educação pública, seja através do fomento ao debate em torno do tema, seja com a produção técnica de documentos, ou através de propostas para intervenção na educação pública e pressões aos governos. Valendo-se de sua experiência empresarial, oferecem ideias, conhecimento e experiências que podem ser aplicados na educação pública.

A emergência destas formas de organização aponta para tensões na representação de interesses do empresariado, em nível regional, junto aos governos. Neste sentido, como contexto de seu surgimento, apresenta-se o fato de que, na era da “sociedade do conhecimento”, a educação dos países da América Latina figure nas últimas colocações em exames como o PISA/OCDE. Em sua perspectiva, os péssimos resultados nos exames internacionais incidiam sobre o crescimento econômico do país, estabelecendo uma relação entre escolaridade e desenvolvimento econômico. Apresenta-se assim a necessidade de mudanças na educação pública.

Entre seus traços em comum destacamos que tais organizações não se limitam a atuar como *Think Tank* da educação, mas antes disso, procuram intervir junto aos governos buscando mudanças do marco legal referente à educação (*advocacy*) e na elaboração de políticas públicas.

Têm alguns elementos de missão em comum e que expressam a dívida social destes países: encaram a educação como um direito, reconhecendo o avanço da cobertura educativa na América Latina, no entanto, têm como desafio sua universalização e a melhoria da qualidade, focalizando a educação básica pública. Além disso, compartilham a visão de que a promoção da qualidade da educação pública é uma das estratégias mais eficazes para produzir avanços sociais e econômicos na América Latina.

Além de tentar construir “agendas” em longo prazo, estas organizações possuem produtos comuns entre si: apoiam, sobretudo, os programas que envolvam parcerias entre setores público e privado, ressaltando, em alguns casos, o trabalho voluntário. Contudo, almejam prioritariamente incidir em políticas públicas, e, mesmo quando implementam projetos pontuais, o fazem com este foco. É importante destacar que, demarcando uma posição de classe, esses grupos utilizam como estratégia de atuação a autonomia e independência em relação aos governos, procurando, geralmente, estabelecer com estes boas relações para que possam construir intervenções em conjunto. Também buscam manter relações estreitas com os meios de comunicação, os quais reconhecem como imprescindíveis para alcançarem seus objetivos.

Sua organização administrativa é similar: possuem uma assembleia geral, da qual participam os fundadores, uma junta diretiva, um conselho superior, um conselho assessor (composto por especialistas em educação), além de comitês para temas específicos.

Estas organizações procuram alcançar o estatuto de especialistas em educação, opinando sobre diversas políticas educacionais. Sua capacidade institucional, bem como seu nível de adaptação às mudanças de seus países de origem tem feito com que suas iniciativas não se tornem apenas conjunturais, mas que se perpetuem no âmbito da política educacional. Como novidade no cenário latinoamericano, tais organizações adquirem um potencial

de atuação na esfera educacional pública que outros segmentos da sociedade, como pais e sindicatos não possuem.

A articulação entre estes grupos, mais do que mostrar podem dispor de diversos mecanismos de pressão sobre o Estado, apresenta também a questão de sua ação política e interlocução junto a instâncias decisórias. As premissas e propostas destes grupos, simultaneamente reforçam princípios constitucionais (direito a educação, responsabilidade do Estado na provisão de educação e melhoria do trabalho docente) e buscam alterar a metodologia para se alcançar tais objetivos, respaldando-se na suposta ineficiência “histórica” da gestão pública. Isto se mostra através de suas recorrentes críticas à condução estatal da educação bem como à forma como apresentam sua experiência e conhecimento em gestão.

Por fim, destacamos que, com o apoio de organismos internacionais, tais movimentos tem se mobilizado na América Latina com o objetivo de trocar conhecimentos e se aprimorarem. Mais do que se restringir sua atuação dentro do seu país de origem, essas organizações visam criar um espaço para realizar ações conjuntas, e para tanto, fomentam a rede de cooperação, que, em 2012, passou a ser chamada de REDUCA.

BIBLIOGRAFIA

DECLARAÇÃO CONSTITUTIVA DA REDE LATINO-AMERICANA DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PELA EDUCAÇÃO. Encontro Latinoamericano de Organizações da Sociedade Civil pela Educação, Brasília, 2011, (mimeo).

LIMA, J. Redes na educação: questões políticas e conceituais. Revista Portuguesa de Educação, Braga, v. 20, n. 2, 2007.

SHIROMA, E. Redes sociais e hegemonia. In: AZEVEDO, M.; LARA, A. (Org.). *Políticas para a educação: análises e apontamentos*. Maringá: EDUEM, 2011.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Todos Pela Educação: 5 Anos, 5 Metas, 5 Bandeiras*. São Paulo, Todos pela Educação, 2012.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *De olho nas metas - 2008*. São Paulo, Todos pela Educação, 2008.

¹ Os dados apresentados são uma síntese do trabalho de campo realizados durante o Encontro Latino-americano de Organizações da Sociedade Civil pela Educação. Também foram incorporadas informações de entrevistas realizadas no México e no Brasil

² Durante o “*Encuentro Centroamericano y Dominicano de Empresarios por la Educación*”, promovido pelo PREAL (2012), afirma-se que “*la educación es un asunto de todos, y es demasiado importante para dejarla solo en manos del gobierno*”. <http://blogdepreal.org/2012/10/10/lideres-empresariales-la-educacion-es-demasiado-importante-para-dejarla-solo-en-manos-de-gobiernos/> Acesso: 04/2012

³ Programa de Promoção da Reforma Educativa da América Latina e do Caribe

⁴ BID financia os Convênios de Cooperação Técnica Não-Reembolsável No. ATN/KP-13461-BR; ATN/CF-13488-BR e ATN/BC-13487-BR. Projeto Movimento Todos pela Educação: Novas Práticas Educativas e Agenda de Políticas.

⁵ Em: <https://events.iadb.org/calendar/eventDetail.aspx?lang=ES&id=3055> Acesso: 04/2013

⁶ O PISA utiliza uma escala que vai de 200 a 800 pontos. A média dos países da América Latina é de 496, busca-se alcançar 500 pontos

⁷ “Temos hoje um movimento permeando diferentes nações, mas que é especialmente denso no caso brasileiro por apontar metas e datas comuns de resultados educacionais por parte do Estado e da sociedade. [...] O caso brasileiro é exemplar”. Artigo de Marcelo Neri, *In: TODOS PELA EDUCAÇÃO*, 2008, p. 18